A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA E O PAPEL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA (RE) ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

ÁREA: ECONOMIA AGRÁRIA, ESPAÇO E MEIO-AMBIENTE.
SUB-ÁREA: Economia Agrária e do meio-ambiente

Sergio Ricardo R. Lima

Gisela Lemos Moreira

RESUMO

Este artigo busca fazer um importante esforço de sistematização do processo de formação dos assentamentos rurais no Brasil na perspectiva de acenar para as esferas multidisciplinar e multidimensional do assentamento, indo além das dimensões físico-econômicas e abrangendo o campo sócio-cultural e político, trazendo um significado relevante para a definição de território. O texto discute brevemente as origens históricas da estrutura fundiária brasileira, e o modo de como esta estrutura se apresenta hoje. O objetivo deste texto é analisar o assentamento rural no contexto da evolução da estrutura fundiária brasileira. A idéia é mostrar que o assentamento rural não é apenas um espaço de sobrevivência, mas é antes de tudo a reconquista da territorialidade do homem camponês. Daí que o processo que vai da gênese à consolidação das lutas no campo, com suas idas e voltas, reflete no significado mais amplo e consistente a formação dos assentamentos rurais. As lutas camponesas no Brasil começaram a se organizar politicamente desde a década de 1950, com o surgimento de organizações, de sindicatos rurais e com atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro. O movimento em prol de maior justiça social no campo e da reforma agrária generalizou-se no meio rural do país e assumiu grandes proporções no início da década de 1960. No entanto, esse movimento foi praticamente aniquilado pelo regime militar instalado no ano de 1964 do século XX. A criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foram a estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranqüilizar os grandes proprietários de terra. As idéias contidas nesse texto pretendem abrir perspectivas para a discussão sobre os rumos que os assentamentos rurais estão trilhando nesse início de século. Para os autores, discutir esse tema é, pois, uma tarefa desafiadora e envolvente. Desafiadora, porque expressa as contradições que formam o espaço agrário e o estado atual em que se encontra a questão agrária brasileira. Envolvente, porque expressa a conquista da territorialidade do homem camponês em sentido amplo.

Palavras-chave: estrutura fundiária; reforma agrária; assentamentos rurais; território.

ABSTRACT

The purpose of this article is to explain the process of the formation Brazilian rural settlements from the perspective of the multidisciplinary and multidimentional spheres of the settlement, taking into consideration not only the physical and economic dimensions of the problem but the social, cultural and political ones, and so bringing a relevant meaning to the definition of territory. The text briefly discusses the historical origins of Brazilian land ownership and its structure today. The objective of this text is to analyse the rural settlement in the context of the evolution of Brazilian land ownership. The idea is to show that the rural settlement is not a space of survival but rather the recovery of the peasant's territoriality. In this way the process from the genesis to the consolidation of rural struggles, with their stops and gos, shows the formation of rural settlements. Brazilian peasants' struggles started to be politically organized in the 1950's due to the birth of organizations, rural syndicates and with the action of the Catholic church and the communist party. The movement for greater social justice in land and land reform spread throughout the country's rural areas and took on a larger dimension at the beginning of the 1960s. However this movement was almost annihilated by the military regime that took power in 1964. The creation of the current law regulating land reform in Brazil (the Estatuto da Terra of 1964) and the promise of land reform were the strategies used by the rulers to pacify the peasants and reassure the large-scale property owners. The ideas in this text intend to open a new perpective in the discussion about new ways the rural settlements are taking at the beginning of this century. For all this, discussing this subject is a challenging and pleasant task for the authors. Challenging because it states the contradictions that formed the agrarian space and nowadays state where brazilian agrarian matters are. Pleasant because it states the conquer of peasant's territoriality in its wide meaning.

Key words: structure of land ownership; land (agrarian) reform; rural settlements; territory.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo histórico que recai na concentração de terras no Brasil – herança dos tempos coloniais gerou desemprego, expropriação, pobreza e violência no campo. É nesse contexto que se constrói o espaço agrário brasileiro. Para que se possa melhor compreender a dinâmica desse processo faz-se necessário resgatar alguns períodos da história que envolve camponeses e fazendeiros em uma série de conflitos que tomou várias dimensões territoriais e diferentes conotações políticas e ideológicas.

O recorte temporal será necessário no sentido de não se perder nas armadilhas do empiricismo histórico. Nos anos de 1950 do século XX, o setor produtivo no Brasil passou por profundas transformações com a expansão das atividades industriais. À medida que a indústria se expandia no país o campo liberava mão-de-obra para atender as novas exigências do modelo de desenvolvimento nacional. Nesse novo momento, a própria economia passou a depender do jogo político para seguir seu rumo (MENDONÇA, 1995). Esse modelo reforçado com o ingresso de empresas multinacionais e capitais estrangeiros em todas as áreas dotou, segundo Martinez (1987), a produção urbana de trabalhadores em número suficiente para formar o exército industrial de reserva além das necessidades do capital. Ele diz:

A agricultura livrou-se de muitos encargos [...] e recebeu ajuda da indústria em disponibilidade de insumos [...] equipamentos, transporte e assistência técnica, entre outros. Em outras palavras, a cidade se industrializou e o campo se modernizou. Claro que essa explicação, tão simplista do ponto de vista econômico e político, não era nada simples sob a ótica da grande massa de camponeses expropriados e desempregados. Tais mudanças não aconteceram sem conflitos e sim com muitas lutas. É justamente sobre esses conflitos que vão se pautar essas reflexões.

Se, por um lado, nos anos 1950 do século XX o processo de industrialização se intensificou no país, por outro, - representaram a ampliação das desigualdades e injustiças no campo. A convivência desses dois pólos teve como resultado: desemprego; expropriação e violência. No entanto, os camponeses incluídos nesse modelo perverso de exclusão se organizaram e passaram a reivindicar o direito à posse da terra e às leis trabalhistas mais justas em favor do trabalhador rural.

Um exemplo clássico de luta camponesa organizada a ser citado é o de Trombas e Formoso - duas vilas localizadas no norte de Goiás. José de Souza Martins (1984) em seu livro – A militarização da questão agrária no Brasil - relata que esse conflito tomou características de uma verdadeira guerra. Vários fazendeiros da região tentaram obrigar legalmente posseiros ao pagamento de arrendamento sobre terras que não lhes pertenciam. Em resposta aos fazendeiros, vários posseiros liderados por José Porfírio de Souza (um posseiro da região que assumiu a liderança do movimento) iniciaram um movimento de resistência contra o pagamento de tal aluguel. O principal objetivo dos posseiros era obter por vias legais o título de posse das terras (a escritura).

Os fazendeiros inconformados com o movimento dos posseiros mandaram jagunços armados queimar roças e destruir casas ameaçando a vida e a subsistência dos que contestassem as suas ordens. Essa situação se arrastou por anos a fio sem que o poder judiciário desse uma solução para o caso. Em virtude da omissão do poder público, nos anos de 1955 os conflitos se ampliaram. Nesse mesmo ano os posseiros fundaram a Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Trombas e Formoso. Essa resistência só foi desmontada em 1964 com a intervenção militar na região. José Porfírio foi preso em 1972, no Maranhão e solto em Brasília em 1975, mas desapareceu completamente (MARTINS, idem).

Outro importante exemplo no processo de luta no campo é a formação das Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste brasileiro.Uma dessas ligas localizada no estado de Pernambuco denominada Galiléia (nome dado ao movimento pelos camponeses em homenagem as Ligas Camponesas dirigidas pelo Partido Comunista Brasileiro) lutou em favor da desapropriação do Engenho da Galiléia e conseguiu a desapropriação do engenho nos anos de 1959, apesar da resistência dos fazendeiros. A partir daí, as ligas se espalharam por todo o estado pernambucano.

No entanto, apesar das lutas e dos movimentos de resistência, a década seguinte viria representar o retrocesso político rumo à democratização da terra no país. Exemplo dessa realidade é a desarticulação das ligas camponesas - movimento que contava com mais de dez mil associados - pelo governo militar pós-64. É evidente que tal fato somente ocorreu após intensas perseguições, várias prisões, exílios e mortes. Nesse período o governo militar tinha como meta acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo. Para tanto, criou as condições necessárias ao desenvolvimento de uma política agrícola que privilegiou as grandes empresas, via incentivos financeiros. (FERNANDES, 1998, p. 8).

Observa-se que nesse período o processo acelerado do desenvolvimento capitalista no campo não só aprofundou como também consolidou a secular concentração fundiária. No entanto, o Estado tentou administrar o enorme conflito social que cobria o país inteiro durante o período do

regime militar. Vários projetos de reforma agrária foram elaborados pelo governo, mas o intuito era desmobilizar e controlar as lutas sociais no campo (MARTINS, 1984, p. 15).

A intervenção militar na questão agrária representou a consumação do que Martins (1999) denominou de "aliança do atraso", ou seja, a aliança entre o capital e a terra, personificados no capitalista e na oligarquia latifundiária (os coronéis), sem que o capital entrasse em choque com a estrutura fundiária existente. Nesse período o governo cria o Estatuto da Terra - um instrumento do regime militar que acabava de ser instalado no país através do golpe militar de 31 de março 1964. As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura sob os moldes capitalistas, favorecendo e estimulando a criação da empresa rural.

Três décadas depois se pôde constatar que a primeira meta ficou apenas no papel, enquanto a segunda recebeu grande atenção do governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura. Vale ressaltar que a criação do Estatuto da Terra estava intimamente ligada ao clima de insatisfação reinante no meio rural brasileiro e ao temor do governo e da elite conservadora de uma revolução camponesa. Afinal, os espectros da Revolução Cubana (1959) e da implantação de reformas agrárias em vários países da América Latina (México, Bolívia, etc.) estavam presentes e bem vivos na memória dos governantes e das elites. Assim diz Silva (1982, p.85),

> temerosos com a expansão da Revolução Cubana, ocorrida em 1959, os EUA formularam a "Aliança para o Progresso", política que estimulava reformas nas estruturas agrárias dos países latino-americanos, visando constituir uma vigorosa classe média rural no campo. Com anseios capitalistas e aspirações consumistas, essa classe média seria o melhor freio à revolução comunista na América Latina. Em outras palavras, era preferível à oligarquia rural entregar os anéis que os dedos. O Estatuto da Terra, como é conhecida a Lei 4504/64, promulgada no governo de Castelo Branco, representou a expressão máxima dessa visão reformista defendida na época. O Estatuto propunha uma "solução democrática" à "opção socialista". Procurava, dessa forma, impulsionar o desenvolvimento do capitalismo no campo.

De acordo com Silva (2001, p.1) qualquer observador atento desta história por certo não deixará de notar que ela se desenrola em dois planos distintos e contraditórios: de um lado, observa-se a existência de uma abundante legislação agrária cujo objetivo foi, em diversos momentos, transformar as condições nas quais se operava a formação da propriedade; de outro, a persistência de uma ferrenha obstrução à aplicação desta legislação por setores do campo interessados na

manutenção de um padrão de ocupação que tem sido responsável por um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo. Todavia, cabe assinalar que o Estatuto da Terra também representou um conjunto de leis que era bastante avançado na época e que serviu de parâmetro para as políticas agrárias pós-abertura política, a exemplo do governo Sarney (PNRA) e que, se devidamente aplicado, o projeto de reforma agrária teria avanços significativos, ou seja, enquanto plano de governo com vistas ao desenvolvimento do país. No entanto, segundo Silva (1986, p.55),

> a propalada democratização da posse da terra não ocorreu. Nem mesmo sendo a reforma agrária proposta para fortalecer o capitalismo contra a expansão do socialismo na América Latina. A maioria dos países ensaiou, quase todos eles elaboraram planos, fizeram discursos, mas a redistribuição das terras nunca saiu do papel para valer. Ao contrário da divisão da propriedade, o capitalismo impulsionado pelo regime militar após 1964 promoveu a modernização do latifúndio através do crédito rural subsidiado e abundante. Toda a economia brasileira cresceu vigorosamente, urbanizando-se e industrializando-se, sem necessitar democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural. Era o mundo se globalizando, promovendo uma nova divisão internacional do trabalho.

O projeto de reforma agrária foi, assim, esquecido. O resultado é que as estruturas agrárias dos países da América Latina, com o Brasil na liderança, continuaram extremamente concentradas. Permaneceu o problema clássico: a concentração de terras, ou seja, muita terra na mão de pouca gente, muita gente com pouca terra. Assim, o problema da terra foi levado à mudança do regime político do país, instaurado em 1984, com o fim da ditadura e o início da Nova República, como uma revolta da cidadania às injustiças sociais. Vinte anos após o golpe militar o cenário dos conflitos é Guariba no estado de São Paulo.

Segundo notícia publicada no jornal Folha de São Paulo (18/5/84), "trabalhadores dos canaviais decretaram greve em favor de seus direitos – recibo de pagamento mensal; condução gratuita; pagamento do INPS, entre outros". Após várias rodadas de negociações os trabalhadores rurais de Guariba foram atendidos e a greve chegou ao fim. Percebe-se que o a concentração de terras se transformou em problema social. A partir daí o movimento em prol de maior justiça social no campo e da reforma agrária se generalizou no meio rural e assumiu grandes proporções de norte a sul do Brasil.

Dentre esses movimentos se pode destacar a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; CPT - Comissão Pastoral da Terra; o MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná e o MST -

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, entre outros. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), está organizada em todo o país. E conta com aproximadamente cinco milhões de filiados, reunidos em 3.200 sindicatos e 24 federações estaduais.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surgiu final dos anos de 1970; a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é liderada pela ala progressista da igreja católica; o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) surgiu da luta de trabalhadores sem terra do oeste do Paraná pela democratização do acesso a terra e por melhores condições de trabalho e melhores salários no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) surgiu no Rio Grande do Sul durante o governo militar em oposição às políticas agrárias do governo. Segundo Fernandes (1998), a origem do MST se deve entre outros fatores à expulsão dos arrendatários da Fazenda Nonai, e dos índios kaigang, em Santa Catarina. Outros fatores que também foram decisivos para o surgimento do MST foram: a abertura política, os impactos da modernização agrícola (revolução verde), e a ação de setores progressistas da Igreja católica e luterana. Juntas, essas organizações contribuíram para criar um espaço de discussão, conscientização e formação política.

No entanto, apesar da luta dos movimentos sociais contra a concentração de terras no Brasil a estrutura agrária brasileira é, ainda hoje, extremamente concentrada. Segundo dados divulgados pelo MST, atualmente no Brasil existem mais de 140 milhões de hectares de terras improdutivas. Esses números conferem ao Brasil o segundo lugar em concentração da propriedade fundiária e o primeiro em desigualdade de renda no mundo. As grandes propriedades com mais de 1000 hectares somam 42 mil imóveis que detém juntos 165,7 milhões de hectares (sete vezes a área do estado de São Paulo). Aproximadamente 75 mil imóveis possuem mais de 1000 mil hectares e, juntos, monopolizam 24 milhões de hectares (onze vezes o estado de Sergipe). A concentração de terras no Brasil permaneceu quase inalterada por 56 anos. (ATLAS FUNDIÁRIO BRASILEIRO, 2000). Todos esses dados se baseiam em levantamentos feitos nos anos de 1940, 1960, 1970 e 1990 do século XX.

Ainda mais significativo do que a escala em que se verificou o aumento da concentração da terra nos últimos anos tem sido a trajetória de ampliação do grau da sua ociosidade, em especial, nos grandes imóveis rurais. De acordo com as Estatísticas Cadastrais de 1998[1], a área explorável, não utilizada, dos imóveis somava 73.457.278 hectares, o correspondente a 22,7% da área total explorável. Em 1992, essa taxa foi de 16,6%. Significa que, em 1998, o nível de ociosidade aumentou 37% relativamente à posição de 1992. Confirmando o crescimento acentuado dos níveis

[1] Fonte: INCRA/MST – Adaptado de Fernandes, M. B (1995).

de ociosidade da terra, entre 1992 e 1998, registre-se que a expansão da área explorável dos imóveis nesse período foi de 36%, enquanto a área explorável não utilizada cresceu 86%.

No caso dos imóveis acima de 20.000 hectares, as Estatísticas Cadastrais de 1998 informam a área explorável, não utilizada, de 21.861.615 hectares, para um total de área explorável de 39.394.753 hectares, o que revela um grau de ociosidade desses imóveis de 55,5% (área não utilizada/área explorável x 100). Em 1992 a taxa de ociosidade desse grupo de imóveis foi de 46,4%. Dessa forma, ocorreu o significativo aumento nos níveis de ociosidade dos maiores imóveis rurais.

Comparando-se a variação nos números absolutos entre 1992 e 1998 conclui-se que, enquanto a variação da área explorável desses imóveis alcançou 60%, a variação da área explorável, não utilizada, foi de 91%. Em 1998 a área total mantida ociosa pelos imóveis com áreas acima de 20.000 hectares representava 30% do total da área ociosa dos imóveis rurais cadastrados.

Apenas para registro, em 1998, o grau de ociosidade dos imóveis a partir de 100.000 hectares, foi de 68% (área explorável não utilizada, de 12.769.132 hectares, para a área explorável, de 18.743.613 hectares). Os imóveis a partir de 5.000 hectares contabilizavam em 1998 área não utilizada de 32.667.823 hectares, para um total de área explorável igual a 77.614.472 hectares, o que implicava em taxa de ociosidade desses imóveis de 42%. A área mantida sem exploração pelos imóveis nessa faixa de área correspondia 44,5% da área ociosa total dos imóveis.

Em 1992, o quadro da ociosidade desses imóveis era o seguinte**:** 31% do total da área explorável dos mesmos e, de 39%, em relação ao total da área não explorada pelo conjunto dos imóveis. Assim, em 1998, ocorreu o aumento substancial dos níveis de ociosidade da terra nesses imóveis, bem como a ampliação, da mesma forma significativa, da participação da área não utilizada pelos mesmos na área total não explorada dos imóveis rurais. Quando se compara a variação nos números absolutos entre 1992 e 1998 conclui-se que, enquanto a variação da área explorável desses imóveis foi de 57,7%, a variação da área explorável, não utilizada, foi simplesmente de 112%.

Os imóveis compreendidos nessa faixa de área somavam 7.436 unidades em 1998, e envolviam área de 118.674.957 hectares, ou seja, representavam 0,2% do número total de imóveis

para área correspondente a 29% da área total. Em relação a 1992, isto importou num pequeno aumento na participação desses imóveis no número total de imóveis, posto que naquele ano, tais imóveis representavam 0,17% dos imóveis totais. Todavia, constatou-se um aumento relativamente acentuado da relação entre área acumulada por tais imóveis e área total. Em 1992, a área desses imóveis representava 26% da área total, o que permite concluir que, em 1998, ocorreu o aumento de 11,5% na participação da área apropriada pelos imóveis acima de 5.000 hectares, comparativamente

à posição de 1992. Analisando-se as alterações nos números absolutos, de 1992 a 1998, o aumento da concentração da terra nessa faixa de imóveis fica corroborada ao se constatar que houve o aumento de 45,9% no número desses imóveis, e o incremento, muito maior ainda (71%), na área apropriada pelos mesmos. Assim, a área média desses imóveis aumentou de 15.830 hectares, para 15.960 hectares. Sublinhe-se que apenas o adicional da área apropriada por esses imóveis, de 1992 para 1998, de 80,6 milhões de hectares, supera em praticamente 15 vezes o total da área acumulada pelos imóveis até 10 hectares, na posição de 1998, que representam 32% do total de imóveis. Em relação ao total da área dos imóveis até 100 hectares, em 1998, que representavam mais de 85% do total de imóveis, esse acréscimo de área dos grandes imóveis, entre 1992 e 1998, superou em 12 milhões de hectares o total da área contabilizada pelos imóveis inferiores a 100 hectares.

Os imóveis inferiores a 10 hectares apresentavam, em 1998, nível de ociosidade da terra correspondente a 6,5%, ou seja, de uma área total explorável de 4.947.166 hectares, os imóveis nessa faixa de área apresentavam 324.419 hectares, não utilizados. Em relação à área total dos imóveis, sem utilização produtiva, a participação da área não utilizada dos imóveis inferiores a 10 hectares representava apenas 0,4%. A taxa de ociosidade de 6,5% registrada pelos imóveis com áreas abaixo de 10 hectares, em 1998, foi 0,5 ponto percentual superior à constatada em 1992.

Todavia, relativamente à área total dos imóveis, sem utilização, a taxa de 1998 foi inferior à de 1992 que se situou em 0,6%. Quando se compara a variação nos números absolutos entre 1992 e 1998, conclui-se que, enquanto a variação da área explorável desses imóveis foi de 22,6%, a variação da área explorável, não utilizada, foi de 36%. Portanto, mesmo em escala bastante inferior às demais classes de áreas dos imóveis, também os menores imóveis tiveram variação na área não utilizada proporcionalmente superior à evolução da área explorável total.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: NOVOS TERRITÓRIOS DE VIDA E CONFLITOS

Se os movimentos sociais de luta pela terra surgiram em oposição à política agrária discriminatória do governo militar, a realidade dos assentamentos rurais é bem diferente. A implantação de assentamentos rurais no Brasil, sob a ótica governamental, faz parte do tipo de política pública vinculada ao controle por parte do Estado, ou seja, uma tentativa de controlar a ação dos movimentos sociais de luta pela terra, que ganharam uma grande dimensão a partir do surgimento das Ligas Camponesas.

> O assentamento aparece como uma dádiva oferecida pelo governo a que os assentados não têm o que questionar, os assentados são pensados como agentes em mutação, numa concepção de mudança em que o comportamento dos assentados ou a construção desse é orientada, sofrendo alterações na sociabilidade e nas formas de organização política propiciadas através do associativismo e do cooperativismo (GERMANI, 1999, p. 26).

Os assentamentos rurais são descritos por Germani (1999) como "projetos públicos", "ações aparentemente não-políticas" efetuados pelo Estado, responsável pela alocação das populações e pelo "traçado das rígidas regras de vocação agrícola e de produtividade", mas que representam interesses e relações de poder das classes envolvidas. Nesse processo, os programas de assentamentos idealizados pelo governo esvaziam o assentado de suas experiências anteriores e de suas aptidões, que não são considerados nem no planejamento nem na execução das políticas, onde também desaparece o fato de que a maioria dos assentamentos é fruto de um processo de luta, e os diversos interesses continuam a se defrontar no interior dos assentamentos. Um exemplo bastante ilustrativo dessa forma de atuação do Estado ocorreu por volta dos anos 60 e 70 do século passado com os projetos de colonização da Amazônia, pois, ao mesmo tempo que favorecia a criação de empresas rurais virtuais na Amazônia mediante crédito público, como forma de valorização do capital frente ao processo inflacionário acelerado, transferia levas de nordestinos para servirem de mão-de-obra explorada por tais empresas, evacuando assim as áreas de conflito por terra no Nordeste.

Esse espaço de disputa indica que os resultados das políticas sociais não podem ser definidos de antemão, mas que se definem no decorrer do processo e dependem das relações de força e da capacidade de organização dos interesses em jogo. Daí Medeiros & Leite (2004, p. 19) colocarem que o estudo das condições dos assentamentos não deve ser pautado pela idéia rígida de sucesso ou insucesso, mas sim levar em conta esses processos de lutas e de interesses nem sempre conciliatórios em constante construção. Germani, por sua vez, afirma que:

> a criação do assentamento significa reconhecer uma situação de conflito, com agentes sociais envolvidos e suas respectivas demandas. Através da implantação dos assentamentos rurais se criou o lócus não só para o exercício do controle, mas também de disputas pela terra. Os conflitos se fazem presente na relação dos assentados com o poder local, ora recusando, ora aceitando as políticas a serem implantadas, o espaço social por sua vez é permanentemente reproduzido o que permite a adaptação, aceitação ou assimilação de forma diferente da que foi planejada pelo governo (GERMANI, 1999, p. 45).

Na compreensão de Oliveira (1997, p. 14), [...] assentamentos são novas formas de lutar [...] pelo direito à terra e ao trabalho liberto. Cada assentamento conquistado é, segundo Fernandes (1998, p. 33), uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos sem terra. Nesse sentido, os movimentos sociais representaram o resgate da identidade do homem do campo. Conforme Claval (1999, p. 18) "[...] na construção de suas identidades, elementos materiais, pertencimentos territoriais e valores são calcados sobre o mesmo plano". Assim, a conquista da terra no contexto da crise agrária, representa a superação da segregação do camponês causada pela introdução do capitalismo no campo, aqui representada pelo resgate da sua territorialidade.

Esse resgate materializado em forma de assentamento significa a prática social de pessoas antes à margem do processo produtivo, porém incluídas num modelo perverso de exclusão sócio-econômica baseada em métodos sofisticados de exploração da força de trabalho. No entanto, os assentamentos rurais não representam um fim em si mesmos, mas antes de tudo, consiste em mais uma etapa do processo de territorialidade que se concluirá com a valorização e manutenção da identidade camponesa num processo simultâneo de resistência e solidariedade. Ou seja, conforme MEDEIROS e LEITE (2004), o assentamento pode ser visto sob a ótica do ponto de chegada, como resultado das lutas, e, como ponto de partida, pela (re) conquista de valores dentro de uma nova realidade.

Por enquanto resta aos assentados ultrapassar os obstáculos que lhe são impostos pela lógica do Estado – a lógica da propriedade, e nestes se incluem os desafios de produzir em solos nem sempre apropriados para o cultivo dado às condições do clima e escassez dos recursos hídricos - elementos fundamentais à produção. Segundo (FERREIRA, FERNÁNDEZ E SILVA, 1999, p. 224), os assentados encontram barreiras que acabam dificultando seu ingresso num contexto econômico mais dinâmico. Fato que, segundo Almeida, (1999, p. 100)

> empurra os assentados a se dedicarem essencialmente à produção de subsistência e à produção de alguns poucos produtos destinados à comercialização, tornando mais difícil à obtenção de recursos financeiros para o aumento da produtividade.

Apesar dos desafios, os assentados têm buscado estratégias para se fortalecerem enquanto produtores e se manterem na terra, sejam em forma de cooperativas e associações ou então se integrando às agroindústrias. Portanto, essa proposta é a única que se manifesta como uma estratégia de "*caráter ideológico de classe nitidamente acentuado, pelo fato de que o mesmo se dirige a uma categoria social e produtiva específica: os pequenos agricultores familiares assentados*" (Idem: 101-102).

Contudo, mesmo sendo estas, aparentemente, maneiras mais "racionais" que possibilitem manter o grupo integrado, permitindo um crescimento conjunto equilibrado para se concretizarem, esbarram no fato bastante limitante: romper com a individualidade de cada família. Superar a fragmentação causada pelo capitalismo e a contraposição entre o coletivo e o privado. Ocorre que os assentamentos são formados por pessoas diferentes que, como qualquer outra comunidade, possuem uma concepção de vida própria - valores, hábitos e costumes individuais. Além disso, cada assentado carrega consigo uma perspectiva de reprodução cultural e social que reflete, com certeza, na projeção de sua prosperidade econômica. A conquista da territorialidade pelos sem terra se constitui em um resgate de sua história, dos seus valores e de seus ideais. Uma forma de "re-campesinato" derrubando as cercas do latifúndio.

OS IMPACTOS REGIONAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA LEITURA REGIONAL

Medeiros e Leite ao tratarem dos assentamentos, remetem a análise para as noções de *região* e *impacto (grifo nosso),* no sentido de que "*não se trata de privilegiar aspectos físicos, ambientais, econômicos, mas de resgatar as dimensões sociais, culturais e políticas na própria definição de região"* (2004, p. 21).

> Os "impactos regionais dos assentamentos rurais" implicam perceber diferentes dimensões das relações sociais, econômicas, políticas e ambientais que se desenvolvem como um processo, em espaços e tempos delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas que levam à necessidade de atentar para as condições anteriores da "região" dos assentados (MEDEIROS e LEITE, 1999 *in* MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 21-22).

Alentejano (1997 *in* MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 21) ressalta a importância da *região* com um significado mais amplo, no sentido de que *a região também pode ser vista como uma construção social a partir dos enfrentamentos históricos entre diversos atores sociais e diferentes projetos.*

A análise do espaço agrário remete o estudo para o âmbito de seu reflexo em nível local e regional, provocando alterações também nas relações de poder local, na medida em que sua existência e funcionamento influenciam o emprego e a renda. Por exemplo, há localidades que sob o ponto de vista econômico estavam em relativo atraso. A formação de assentamentos rurais nessas localidades por si só já trouxe uma dinâmica, na medida em que, face às suas lutas, conseguem orientar parcelas de recursos públicos para as mesmas, além de tanto ofertarem produtos de origem

agropecuária como também demandar bens nas feiras e comércio locais[2]. A criação dos assentamentos permite uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultaram, em algumas regiões e municípios, em melhoria nas condições de vida dos assentados, aumentando sua capacidade de consumo, não só de gêneros alimentícios, mas também de bens de consumo em geral, eletrodomésticos, insumos e implementos agrícolas.

Com isso, eles acabam dinamizando o comércio local, tendência que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados. A presença dos assentamentos também acaba gerando postos de trabalho não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo etc.).

Além de gerar emprego e renda, os assentamentos acabam servindo como amparo social a parentes, operando, em alguns casos, como mecanismo de recomposição de famílias. Quanto à atividade produtiva, uma das principais mudanças trazidas pelos assentamentos, como já salientado, refere-se à oferta no mercado local de uma maior diversidade de bens, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva (MEDEIROS e LEITE , 1999).

Alguns assentados introduziram inovações no beneficiamento de produtos e nas formas de comercialização. A condição de assentado tem possibilitado aos "sem terra" o acesso ao crédito para produção, ainda que essa integração ao mercado financeiro esteja marcada por um conjunto significativo de dificuldades, principalmente relacionadas a atraso na liberação dos recursos, seja em decorrência de entraves burocráticos ou políticos. Mesmo assim, a criação do PRONERA e PRONAF, como política de crédito diretamente direcionada para os assentados e agricultores familiares, permitem o canal de acesso a tais recursos de maneira mais linear, livrando-se de antigos entraves, a exemplo de uma garantia de contrapartida exigida por parte do banco em caso de inadimplência.

Segundo Medeiros e Leite (idem, 2004), o volume de crédito mobilizado em função dos assentamentos repercute também no comércio local e regional e dinamiza outras atividades, como a construção civil. Em várias regiões do país as famílias de assentados obtiveram reconhecimento e respeito político ante os demais grupos sociais, superando a visão que grande parte da sociedade tinha dos "sem terra", de invasores, desocupados e baderneiros (especialmente nas áreas onde os assentamentos resultaram de ocupações de terra). Para além das questões econômicas, surgem novos sujeitos sociais e resgata-se a dignidade de uma população historicamente excluída do processo produtivo e do modelo social, porém incluídas no modelo de acumulação capitalista.

[2] Esse é um tema bastante interessante que, pela sua importância, merece estudos e investigações que fogem ao objetivo do presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se procurou demonstrar ao longo deste artigo, o capitalismo, ao se expandir no campo, acabou por aumentar a massa de excluídos que já vivia nas cidades à margem da condição digna de sua reprodução social e econômica na sociedade. A pressão vinda dessa situação culminou na organização dos movimentos sociais de luta pela terra. Este contexto contribuiu para a re-distribuição fundiária e viabilizou o acesso à terra a muitas famílias de trabalhadores rurais. Mas quase não alterou o quadro de concentração de terras no Brasil.

Foi nos anos de 1980 do século XX que as conquistas materiais e políticas e a manutenção do simbólico, aqui entendido como parte do processo de construção social para tornar-se camponês ao se tornar assentado, começaram a se efetuar, porém, apenas nos anos de1990, em especial na segunda metade dessa década, é que se ampliou e fortaleceu-se o número de assentamentos no Brasil. Trata-se, portanto, de um resultado consolidado na retomada da coletivização da agricultura à custa de lutas e embates, é o reflexo da situação de desigualdades imposta: primeiro pelo domínio da oligarquia agrária que teve a terra como expressão de poder e riqueza; segundo, pelo domínio do capital, associado silenciosamente à classe oligarca, associação a qual José Martins de Souza enfaticamente denominou "aliança do atraso". O avanço desse processo fez do capital na figura de sua personificação a máquina dominadora dos condicionantes estruturais fundiários no campo brasileiro, subordinando, na esfera econômica, a agricultura à indústria e os produtores aos interesses do capital, e, na esfera política, a transformação do poder oligarca para o poder do capital. Os avanços tecnológicos na agricultura têm permitido desde meados dos anos de 1950 do século XX a infiltração do capital no campo, submetendo de forma gradual e intensa os trabalhadores e expropriados da terra aos ditames do capital.

Como contraponto, a emergente formação e consolidação dos assentamentos rurais provocaram uma série de mudanças na configuração agrária brasileira. Assim os assentamentos desenham gradualmente um novo traçado no território brasileiro, modificando a paisagem do campo nas várias dimensões: social, econômica, política ambiental e cultural. Em todo caso, talvez aqui não se esteja desenvolvendo nada de mais original, nenhum fato que até agora já não fosse do conhecimento dos estudiosos da questão agrária. Entretanto, esta faceta continua sem sofrer ao longo dos tempos uma atenção mais acurada, mais satisfatória por parte dos projetos políticos.

Apesar dos impactos positivos dos assentamentos rurais nos espaços em que se inserem e da sua consolidação como espaços de reprodução da vida camponesa, ainda não se pode falar em reforma agrária no Brasil no sentido mais amplo do termo.

No entanto, a conquista dessas pequenas porções do território brasileiro, comparado à extensão territorial dos latifúndios que somados totalizam 165,7 milhões de ha (sete vezes a área do

estado de São Paulo), representam o início de um projeto de mudança do modelo de sociedade de fato novo - superar a fragmentação de mais de 30 milhões de brasileiros causados inicialmente pela formação de uma estrutura fundiária já deformada e reproduzida durante séculos e, em momento posterior, quando o capital penetra no campo, pelo capitalismo, aqui entendido como projeto de inclusão dos excluídos no processo de reestruturação (ou acomodação) do capitalismo, através da mediação do mercado e das relações de troca desiguais entre classes na agricultura, incorporando o pequeno produtor tecnificado e associado e reproduzindo as grandes empresas à montante e à jusante do setor propriamente agrícola. Dentro deste escopo, acredita-se que o grande desafio do uso político do espaço é, pensar os assentamentos rurais como sujeitos de um processo dialético tão logo em construção.

BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, P. R. (1997). **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, mímeo *in* MEDEIROS, l. S de & LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro, Mauad ed., 2004.

ALMEIDA, Jalcione, **Os assentados e a cooperação agrícola. In: __. A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 98-104.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. Geographia. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EDD, ano 1, n. º 2 1999. p. 7-26.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo: Peres 1998.

FERREIRA, Eudson de Castro; FERNÁNDEZ, Antonio João Castilon; SILVA, Evande Praxedes da**. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso - motivações, origens e trajetória dos assentados/organização social e sistemas produtivos**. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre, Ed, da UFRGS, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO, 18/05/1984.

GERMANI, Guiomar. **Assentamentos de reforma agrária: produção de novos espaços de vida e de conflitos** (1999). Texto apresentado no 50° Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Varsóvia, Polônia, em julho de 2000.(no prelo para publicação pela Editora Vozes)

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. Ed. HUCITEC, 2ª ed, São Paulo, 1999.

_____ **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária questão de terra ou de gente?** São Paulo: moderna 1997.

MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 1985.

MEDEIROS, L. S. de & LEITE, Sérgio (orgs.) et alii. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro, Mauad Ed., 2004.

MEDEIROS, L. S. de & LEITE, Sérgio (orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre, Ed, da UFRGS, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, **Atlas Fundiário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Brasília, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.P.80- 128.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária. Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1982.
SILVA, _____. **O que é Questão Agrária?** Ed. Brasileense. São Paulo. 1986. 13ª edição.
SILVA, Luciana Henrique da. **Assentamentos Marambaia e Bela vista-PB: formulação de políticas públicas**.Revista Geonotas, vol.5, nº 4. Departamento de geografia – Universidade do Paraná, Maringá, 2001.